

# EDITORIAL

O que é ser criança hoje? O que significa ser criança ou ser aluno/a nas escolas brasileiras? Nas condições atuais da nossa sociedade em que as diferenças regionais, étnicas, religiosas e, sobretudo, de classe social produzem subculturas heterogêneas, pensar a infância e sua educação é um imperativo que desafia os educadores. As imagens de nossas crianças impõem-se em todo lugar: crianças de rua, trabalhadoras, sem teto, sem terra, vítimas de violência, em situação de risco ou vistas como delinquentes; crianças “hiper-realizadas”, consumidoras, protegidas, exploradas... De que modo a escola as acolhe? Como é possível fazê-las protagonistas de sua educação?

Reconhecer as diferenças, interpretar a cultura infantil contemporânea, lançar um olhar sobre seu cotidiano e refletir sobre sua escolarização, é uma das tarefas a que vêm se propondo as pesquisadoras do Grupo Interinstitucional de Pesquisa com a Educação Básica da Unijuí (Gipeb) e, em especial, o Grupo Crisálida, ligado a uma das linhas de pesquisa do Gipeb. Foi com o intuito de ampliar a interlocução sobre essas questões que as coordenadoras desses grupos empenharam-se na organização deste número temático da Revista Contexto & Educação. Os artigos que a compõem estão organizados na perspectiva de conduzir o leitor a uma reflexão sobre os sentidos da infância contemporânea, seus espaços, suas condições de cidadania e de ser criança na sociedade e na escola.

Na abertura da Revista somos presenteados com um poético e instigante artigo no qual as autoras Inês Assunção de Castro Teixeira e Brenda Franco Monteiro Prado, indagam sobre as idades da vida nos *quandos* de nossa existência. A leitura de *Do Tempo na Infância às Avestas (Apontamentos sobre O tempero da vida e D. Cristina perdeu a memória)* permite acompanhar a discussão da infância como uma das “idades da vida” – que na criança amanhece

como promessa –, em seu contraponto com a velhice – o poente, que na vida repõe-se como memória. Duas obras cinematográficas são apresentadas e analisadas no artigo, nas quais a fruição estética nos arrebatava em encantamentos: o longa-metragem “*O tempero da vida*” (Grécia/Turquia) e o curta do cinema brasileiro “*Dona Cristina perdeu a memória*”. O texto analisa a preocupação dos velhos em ensinar o que sabem para as crianças, personagens dos filmes. Elas são promessa e esperança de continuidade em meio a descontinuidades observadas nas diferentes formas de se viver as infâncias. São os novos chegantes da história humana, a esperança na vida que se renova e prossegue naqueles que chegam. A criança promete a continuidade não somente das histórias individuais, mas também coletivas. Pode, também, ser ruptura, descontinuidade, instaurando o inédito, realizando o novo de que é portadora, o porvir. Crianças são novos protagonistas das histórias familiares, como nas obras analisadas. As autoras destacam, ainda, o respeito e o cuidado com estas distâncias e diferenças temporais, assinalando as possibilidades do convívio entre as diferenças e os diferentes. Nos dois filmes os velhos ganham relevo por sua faculdade de laborar, de guardar, de ensinar, de transmitir os saberes, os valores e modos de vida, com mais ou menos teor de lembrança e de esquecimento, de invenção ou de imaginação e, nas crianças, o realce é sua capacidade de perguntar, de estranhar, de inventar, de querer saber, de aprender, sobretudo de surpreender os adultos.

Catarina Tomás, pesquisadora portuguesa, nos convida a refletir sobre o direito de participação das crianças no artigo intitulado “*Participação Não Tem Idade*”: *Participação das Crianças e Cidadania da Infância*. Salienta que do ponto de vista metodológico, a investigação participativa procura métodos e técnicas que permitam *conhecer transformando*. O paradigma da participação cidadã e da participação das crianças é recente. O texto traz o conceito participação das crianças, a partir da Sociologia da Infância, o qual considera a infância como uma construção social e compreende as crianças como atores sociais plenos, competentes, ativos e com “voz”. Discute uma concepção de cidadania ativa e crítica que concebe crianças e jovens como atores sociais imprescindíveis e participativos na sociedade, implicando não

só o reconhecimento formal de direitos, mas também as condições do seu exercício por meio de uma plena participação. Defende a participação, como condição absoluta para tornar efetivo o discurso que promove direitos para a infância e, portanto, a promoção dos direitos de participação; nas várias dimensões assume-se como um imperativo da cidadania da infância. Catarina problematiza o discurso e a práxis dos adultos empenhados na promoção de um paradigma da participação das crianças, chamando a atenção para questões de competências, sentimentos de pertença e implicação na comunidade, e outros temas do interesse das crianças. No texto a autora ressalta a necessidade de saber o que as crianças entendem por democracia, cidadania e participação, quais são os significados que associam ao papel de cidadão e como tudo isto influencia na sua representação na esfera pública.

Na seqüência, temos o texto de Maria Tereza Goudard Tavares, resultado de um estudo qualitativo de cunho etnográfico e participativo sobre as possibilidades educativas da cidade contemporânea, no contexto sociocultural de uma escola pública municipal de São Gonçalo, Rio de Janeiro. Em *Os “Pequenos” e a Cidade: o Papel da Escola na Construção do Direito à Cidade*, a autora problematiza a cidade no contexto escolar e reflete sobre a *investigação cúmplice*, como possibilidade de complexificar a tríade escola/cidade/alfabetização. Defende que o conhecimento sobre/do local abre a perspectiva para se pensar com os respectivos sujeitos escolares suas singularidades no viver, no habitar, *nos modos de uso* da cidade, no consumo, nos processos de apropriação e (re)criação do espaço urbano, dentre outras questões. A tríade *habitante-identidade-lugar* aponta para a necessidade de considerar o corpo, pois é com ele que homens e mulheres habitam e se apropriam do espaço por meio de seus modos de uso, isto é, práticas corporais singulares, modos de estar no mundo. Assinala que a *escuta sensível* para as diferentes vozes escolares sobre a cidade, mais do que uma estratégia fecunda de (re)conhecimento e aprofundamento da memória e da história das políticas socioeducativas no município, tornou-se um princípio educativo, um dispositivo político-epistemológico fundamental para a compreensão das relações complexas entre a escola e a cidade. Maria Tereza justifica o estudo pela centralidade da cidade

como espaço social de práticas educativas, um *livro de espaços* potencialmente ensinante de um outro *ethos* de convivibilidade social, cabendo, portanto, aos sistemas escolares interagir na e com a cidade, visando a não somente dilatar a face pública e culturalmente ensinante da metrópole, mas também investigar os seus impactos na subjetividade dos *pequenos* em São Gonçalo. Nesse sentido, a autora defende em seu artigo que o direito à cidade inscreve-se não somente como uma luta dos *pequenos escolares* pelo acesso aos seus equipamentos socioculturais, mas, sobretudo, pela perspectiva de se discutir e refletir com os sujeitos escolares uma cidade mais democrática, menos excludente, mais humanizada pela fruição amorosa e responsável de sua gente.

Em *Infância, Espaço e Subjetividade: Algumas (A)Notações Sobre as Lógicas Operatórias e Práticas Espaciais das Crianças das Classes Populares*, Carmen Lúcia Vidal Pérez esclarece a ênfase de suas investigações com crianças de classes populares urbanas de cidades periféricas do Rio de Janeiro, visando a compreender o papel que a aquisição da noção de espaço e sua configuração desempenham no desenvolvimento cognitivo infantil. O texto ressalta a perspectiva teórica que articula a *leitura da palavra à leitura do mundo*, na qual o cotidiano se constitui no eixo articulador de uma prática educativa em que a aprendizagem das letras está intimamente vinculada à aprendizagem do espaço e às experiências culturais locais da criança. No texto são apresentadas produções das crianças, nas quais o bairro, a rua, a vizinhança, a casa, a escola, enfim, coisas, acontecimentos e lugares, estão inseridos numa complexa rede de relações que envolve suas experiências cotidianas *no* e *com* o lugar. Mostra como tais relações, ao mesmo tempo em que engendram formas de viver e habitar, modos (singulares) de uso e apropriação do espaço, processos de enfrentamento e táticas de sobrevivência, produzem no *território miúdo* da vida cotidiana outros significados para o vivido, possibilitando a leitura do mundo a partir do lugar e a produção de sua *palavra-mundo*, estabelecendo índices, cada vez mais complexos de significação – tanto pelo reconhecimento das relações que ocorrem no espaço vivido, quanto pela articulação dos fatos sociais e dos fenômenos humanos aos contextos simbólicos e socioculturais. Esclarece a perspectiva teórico-metodológica que

sustenta suas investigações sobre a infância, privilegiando a articulação cotidiano-infância. Busca compreender as lógicas operatórias das crianças presentes em suas *decifrações do espaço* para pensar como o diálogo entre os contextos vivenciais das crianças e os contextos analíticos interpretativos, explicativos da teoria, podem contribuir para uma construção epistemológica capaz de fortalecer a reflexão sobre as percepções que as crianças têm de si, de seu grupo social e de suas relações com o mundo.

“Como as crianças constroem espaços-tempos para suas atividades lúdicas tanto nos pátios das casas quanto nas ruas? Como agem diante das limitações espaciais, temporais, das proibições dos adultos, que os impedem de estar e jogar coletivamente nestes ambientes?” Com estas perguntas, Waléria Fortes de Oliveira inicia seu artigo *Cenários Lúdicos: O Protagonismo Infantil em Distintos Ambientes da Nova Santa Marta*, um recorte de pesquisa na qual observou os protagonistas – crianças que habitam a Nova Santa Marta, área ocupada pelos “sem-teto”, localizada na periferia de Santa Maria (RS) – em seus próprios ambientes. À luz dos estudos desenvolvidos pelos sociólogos da infância, a autora analisa as crianças como sujeitos sociais. Buscou compreender, a partir de um estudo realizado por Ennew (1994),<sup>1</sup> a problemática do espaço-tempo do jogo infantil criativo e independente, que vem diminuindo, de modo crescente, em detrimento do espaço-tempo do adulto. Demonstra, mediante os cenários lúdicos descritos e fotografados, que as quinze crianças participantes do estudo, pertencentes a oito famílias, vêm se apropriando dos seus espaços-tempos, construindo a sua “cultura lúdica” e exercendo o seu protagonismo ao jogarem nos pátios e nas ruas do bairro. Ao concluir que as crianças se apropriam dos espaços-tempos nas interações criança-criança, a autora nos desafia a pensar em planejamentos de ambientes lúdicos onde as crianças possam interagir, bem como conviver com pessoas de diferentes gerações.

O artigo *Ser Criança e Ter Infância na Pastoral da Criança*, de José Mateus do Nascimento e Marlúcia Menezes de Paiva, apresenta uma pesquisa desenvolvida no Bairro Parque dos Coqueiros, na cidade de Natal, Rio Grande

---

<sup>1</sup> ENNEW, Judith. Time for children or time for adults? In: QUORTRUP, J. et al (Eds.). *Childhood matters*. Avebury: Aldershot, 1994. p. 125-144.

do Norte, que analisa a ação socioeducativa da Pastoral da Criança como pedagogia da sobrevivência nas populações pobres. O texto discute a necessidade de fornecer à criança pobre brasileira a condição de sujeito social e oportunizar a vivência de uma infância que signifique cuidado e cumprimento dos direitos humanos. Mostra que essa tem sido uma luta presente ainda hoje na retórica dos movimentos sociais: reconstituir o sentimento de infância nos bolsões de pobreza. Os familiares aprendem a lidar com a prevenção, o essencial, o alternativo e as probabilidades, na produção de táticas de escape, diante das condições de exclusão ou mesmo de extermínio social. Dessa maneira, a Pastoral da Criança recupera o sentimento de infância nos bolsões de pobreza, trabalhando para diminuir os índices de desnutrição e mortalidade materno-infantil. Essa pedagogia da sobrevivência firma-se no ensinar-aprender as artes de cuidar da criança pobre.

O artigo *A Escola Colméia e os seus Zunszuns* escrito por Zilá Gomes de Moraes Flores, traz um recorte da pesquisa com viés etnográfico realizada com crianças em escola infantil da rede pública na cidade de Ijuí/RS, cuja opção metodológica proporcionou o *estar* com os sujeitos infantis. O texto problematiza o brincar na escola, como ele acontece, a interferência midiática, alguns impeditivos como o *espaçotempo* para brincar na organização curricular e os discursos que surgem no ato de brincar. Marca a importância do ato de brincar para os sujeitos infantis para além das intenções pedagógicas, midiáticas ou de consumo. A escrita tece os fios da pesquisa com as fontes teóricas utilizadas, seja o olhar de Walter Benjamin no sujeito infantil (uno), a percepção de Florestan Fernandes do sujeito infantil inserido no grupo social, ou a perspectiva dos Estudos Culturais. A criança benjaminiana brinca sempre como se fosse a primeira vez. É essa relação ambígua de *ordem e desordem* que serve de motor para a (re)criação do sujeito infantil. A criança de Fernandes quer estar junto com seus pares, buscar construir com o grupo ou em grupo novas formas de brincar. A cultura da mídia perpassa a vida do sujeito infantil, levando-o a assumir diferentes formas de brincar, vestir, ver, estar no mundo. Apesar da força das grandes corporações, a criança recria seu brincar; para ela é sempre novo nunca igual.

O artigo escrito por Anderson Rocha da Silva e Cristiana Callai de Souza *Invenções: Ciência, Infância e Cultura Escolar*, procura situar a evolução histórica das ciências destacando o papel da revolução científica do século 16 e seus desmembramentos. Localiza os protagonistas deste cenário paradigmático para colocar em questão a legitimidade do pensamento pedagógico e da visão de infância no mundo ocidental de origem européia. Nessa perspectiva contestam a universalidade da evolução científica na era moderna que produziu a infância escolarizada como uma projeção para o futuro e propõem à Pedagogia acreditar no potencial epistêmico do “entrelugar” (Bhabha).<sup>2</sup> Segundo os autores, o paradigma ainda vigente no cotidiano escolar e que atua no currículo, inspirou-se na racionalidade científica clássica, protagonizando a subalternização dos saberes, a tendência à homogeneidade e a negação da diversidade cultural. Estes ranços ainda estão presentes no cotidiano escolar da Educação Infantil, com a perspectiva ilusória de que é possível ensinar tudo a todos, simultaneamente, na ordenação dos conteúdos e dos tempos, num projeto de currículo unificado. A educação da infância contemporânea, porém, requer que se acredite “nas novas possibilidades de resistência que estão sendo gestadas nos espaços fronteirços e intersticiais produzidos pela articulação das diferenças culturais”. Essa postura possibilitaria novos olhares para questões como a complexidade dos múltiplos saberes, das ciências, das infâncias, das práticas docentes, dos currículos escolares, dos regimes de verdades, das bagagens culturais dos alunos e de seus outros mundos, aprendidos fora da instituição escolar, uma vez que são nesses entrelugares que ocorrem os jogos de poder e as atribuições de sentidos.

Maria Alice Hamilton Goulart em seu artigo *Literatura e Medo Infantil: a Produção da Criança nos Catálogos de Livros Infantis*, faz uma leitura crítica dos catálogos de livros de literatura infantil, examinando as relações de poder que se expressam nas recomendações presentes nas resenhas de cada livro. Na perspectiva dos Estudos Culturais Contemporâneos, discute o tema da representação da criança feita pelos discursos que orientam leituras escola-

---

<sup>2</sup> BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

res e considerando a produtividade dos discursos, e destaca o medo infantil como categoria central da análise. O texto mostra que os discursos produzidos nos catálogos não apenas refletem uma determinada teoria do desenvolvimento infantil, mas efetivamente “geram” saberes ao representar. Aquilo que é dito nos catálogos sobre o sujeito individual que é a criança, deixa transparecer a presença marcante de um regime de verdade, aquilo que Foucault, apresenta como anatomia política do detalhe. Como uma instituição disciplinar com suas táticas e estratégias, a discursividade dos catálogos, minuciosamente pedagogizada, plasma nos saberes que constrói sobre crianças, as ênfases de uma tecnologia principal que é o domínio de si. Assim, os adultos, no caso as professoras e professores, são orientados a desenvolver certa capacidade de extrair da criança aquilo que dela desejam, pacientemente, pastoralmente, sem usar medidas coercitivas ou castigos físicos, pois a educabilidade de cada criança é o que lubrifica as engrenagens de um sistema produtor de saberes e práticas que têm, nas relações desiguais de poder entre a criança e seus professores, a garantia de legitimidade e de eficácia e na produção ou transformação que as crianças operam em si mesmas a lógica mais contundente.

O último artigo é dos pesquisadores espanhóis Agustín de la Herrán e Mar Cortina *Introducción a Una Pedagogía de la Muerte*, coloca em questão o tabu ocidental em relação à morte, cujo tema é evitado na educação das crianças e encarado pela escola com o mesmo temor e preconceito com que, antes, foi encarado o sexo. Segundo os autores, acerca do sexo, a sociedade e a educação têm encontrado vias de abordagem, o que não ocorre em relação à morte. Apesar de a morte ser tão antiga quanto o ser humano, de que seu enfrentamento apareça diariamente nos meios de comunicação e de jamais ter havido tanta abertura e flexibilidade educativa quanto na atualidade, nada nos ensina a encontrar um sentido asséptico (não parcial) significativo e, sobretudo, autodidático sobre a morte e, muito menos, nos ensina a morrer. Nessa perspectiva, considerando a morte como pertinente à vida, o autor questiona a ausência de uma “educação para a morte” como um conteúdo ordinário, seja nas famílias, na escola, nos meios de comunicação, nas políticas educativas. O papel da “pedagogia da morte” seria proporcionar estratégias de enfrentamento dos medos e tabus que

rondam essa questão desde a infância, evitando o pânico e culpabilização familiar, doutrinária e mítica. A educação para a morte se assenta na necessidade profunda e perene do ser humano de superar seus medos, enfrentar suas limitações e crescer interiormente; visa a fornecer autocontrole, enfrentar os mitos e tabus com cuidado, suavidade e disponibilidade, como um modo de adaptação à realidade. Com tais argumentos, os autores analisam o status que a sociedade mercantilista e pós-moderna outorga à morte, propondo elementos para uma fundamentação didático-pedagógica de uma “educação para a morte”.

Finalmente, apresentamos a resenha crítica que, a partir deste número, fará parte da revista. Trata-se um assunto da maior importância para a infância na escola infantil. Patrícia Dias Prado resenha o livro *Avaliação na Educação Infantil: um encontro com a realidade* de autoria de Elisandra Godoi Girardelli (Porto Alegre/RS: Mediação, 2004). A obra é uma referência para aquelas(es) que, de alguma forma, se interessam pelas questões relativas à infância, à Educação Infantil e suas relações com o tema complexo da Avaliação; docentes, pesquisadoras(es), estudantes e demais profissionais da educação, especialmente da educação das crianças pequenas, pois vem apontar para um estudo atual que permite a análise de paradigmas teóricos, a ampliação do conceito e dos objetivos da avaliação neste momento educativo, a discussão de possibilidades metodológicas na pesquisa com crianças, valorizando-as como construtoras de conhecimento que são.

Desejamos uma boa leitura e agradecemos a todos os colaboradores, anunciando que o próximo número da revista dará prosseguimento ao debate acerca da infância na sua relação com a escola e a cultura.

Anna Rosa Fontella Santiago  
Noeli Valentina Weschenfelder

Organizadoras

